

Agenda Legislativa Contatos - de 10 a 14 de julho de 2017

Matérias em destaque

Congresso Nacional

Está prevista a apreciação do relatório à **MP 778/2017**, que dispõe sobre o parcelamento de débitos junto à Fazenda Nacional relativos às contribuições previdenciárias de responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nesta terça-feira (11), a partir das 14h30.

Na quarta-feira (12) e na quinta-feira (13), a Comissão Mista destinada a apreciar a **MP 777/2017**, que institui a Taxa de Longo Prazo - TLP, dispõe sobre a remuneração dos recursos do Fundo de Participação PIS-Pasep, do Fundo de Amparo ao Trabalhador e do Fundo da Marinha Mercante e dá outras providências, realiza duas audiências públicas para debater a matéria.

A partir do dia 18 de julho, o Congresso Nacional entra em recesso e só retoma suas atividades a partir do dia 01 de agosto de 2017.

Câmara dos Deputados

Nesta segunda-feira, está previsto a apresentação do relatório na denúncia contra Michel Temer (**SIP 1/2017**) na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), as discussões se iniciam logo em seguida. A proposta é que a denúncia, pela admissibilidade, possa ser votada até o final desta semana e na seguinte ir ao Plenário.

O Plenário da Câmara poderá votar, a partir desta segunda-feira (10), três medidas provisórias que trancam a pauta, entre as quais a **MP 772/2017**, que aumenta de R\$ 15 mil para R\$ 500 mil o valor máximo de multa a ser aplicada a frigoríficos que infringirem a legislação sanitária. Já a **Medida Provisória 773/2017** autoriza estados, Distrito Federal e municípios a usar dinheiro da regularização de ativos no exterior para cumprir o limite constitucional de gastos com educação. Também com prazo vencido para análise, a **MP 775/2017** determina que, em todas as operações realizadas no âmbito do mercado financeiro, deverá haver, se for o caso, a chamada constituição de gravames e ônus. Atualmente, essa obrigação está limitada a operações do mercado de valores mobiliários e do sistema de pagamentos brasileiro.

Às 9h30 de quarta-feira (12), os deputados realizarão uma comissão geral destinada a debater a situação do setor de ciência e tecnologia no Brasil diante dos recentes cortes orçamentários, assim como sua relevância para o desenvolvimento do País.

Na pauta também poderá constar, se votado a tempo pela Comissão Mista de Orçamento, o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2018 (**PLN 1/2017**).

Senado Federal

As atenções dos senadores se voltam totalmente para a votação da **Reforma Trabalhista (PLC 38/2017)**, nesta terça-feira (11), a partir das 11 horas no Plenário do Senado Federal. Visto que para que seja aprovado só é necessário a maioria dos votos dos senadores presentes na sessão, a expectativa é que a matéria seja aprovada, sem alterações ao texto, e siga à sanção presidencial.

A CPI da Previdência continua com a série de audiências públicas. Hoje (10), recebe representantes da: Confederação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos – COBAP; da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG; da Confederação Nacional da Agricultura – CNA e da Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar.

Na manhã desta segunda-feira (10) a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) realiza audiência pública para debater a “**Aposentadoria Especial para os Enfermeiros, Técnicos e Auxiliares de Enfermagem**”. Diversos convidados representantes dos trabalhadores como: associações, federações, confederações e centrais sindicais debatem sobre o tema.

Na terça-feira (11), é possível que a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprecie, entre outras matérias em pauta, o **PLS 404/2015**, que dispõe sobre as vagas nas empresas para os trabalhadores com mais de quarenta e cinco anos. Na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) continua em pauta o **PLS 389/2016**, que trata da antecipação da comemoração de feriados; e o **PLS 246/2012**, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação de docentes para atuar na educação básica, pode ser apreciado, entre outras matérias também em pauta.

Na quarta-feira (12), a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) poderá votar o **PLS 274/2012 complementar**, que dispõe sobre a proteção da relação de emprego contra a despedida arbitrária ou sem justa causa; o **PLS 328/2015**, que propõe a regulamentação da profissão de educadora e educador social; o **PLS 216/2016**, que propõe um percentual mínimo de empregadas mulheres, em empresas com mais de dez empregados; além do **PLS 411/2016**, que continua em pauta e trata do parcelamento de férias, entre outras proposições que poderão ser apreciadas.

Também na quarta-feira a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deve realizar a sabatina da senhora Raquel Elias Dodge para exercer o cargo de Procuradora-geral da República, na vaga que ocorrerá no término do mandato do Senhor Rodrigo Janot Monteiro de Barros.

***Esta mensagem pode conter informação confidencial ou privilegiada, sendo seu sigilo protegido por lei. Se você não for o destinatário ou a pessoa autorizada a receber esta mensagem, não use, copie ou divulgue as informações nela contidas, bem como não tome qualquer ação baseada nessas informações. Agradecemos sua cooperação.*